

V.21 nº46 (2025)

REVISTA DA

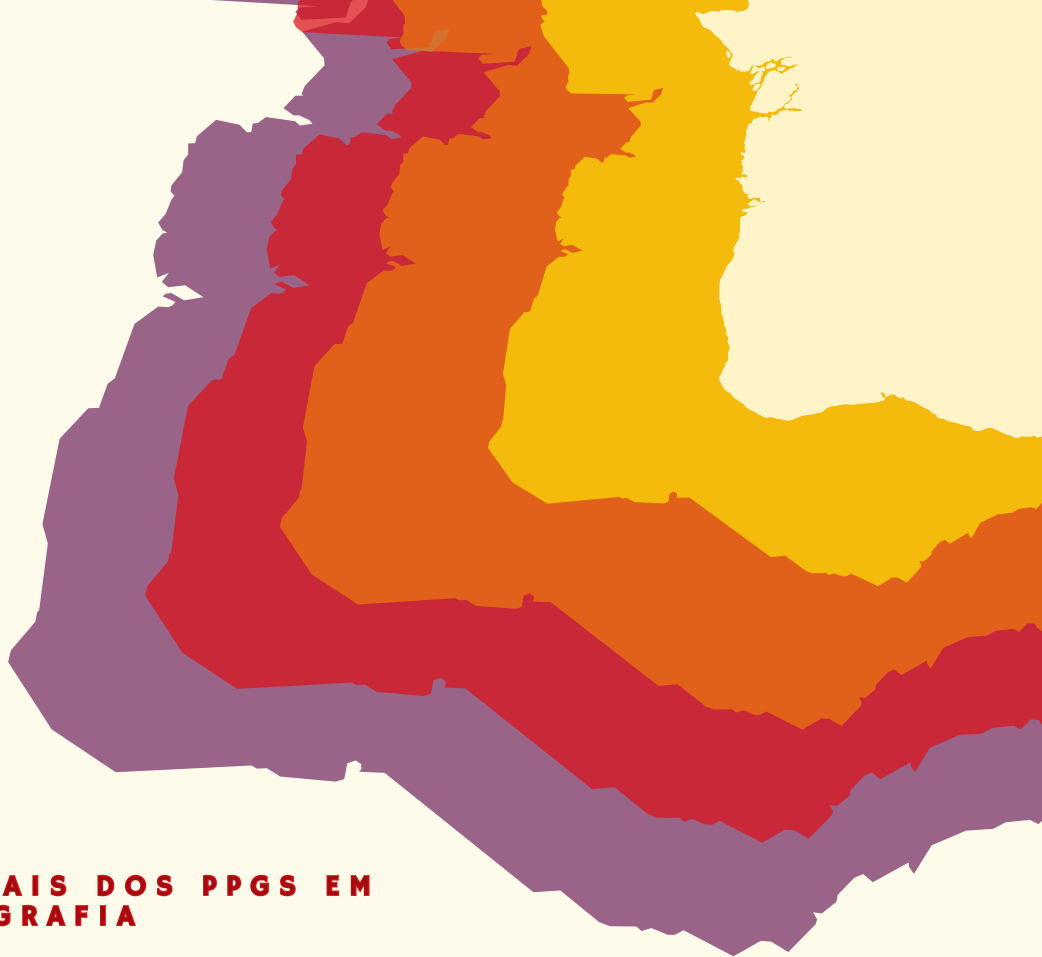
AN PE GE

ISSN 1679-768X

a

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia



IMPACTOS SOCIAIS DOS PPGS EM
GEOGRAFIA

Desafios e contribuições da descentralização da Pós-Graduação no Brasil: os impactos socioespaciais do PPGEO/UNIFAL-MG

*Challenges and contributions of the decentralization of postgraduate studies in
Brazil: the socio-spatial impacts of the PPGEO/UNIFAL-MG*

*Desafíos y contribuciones de la descentralización de los estudios de posgrado en
Brasil: los impactos socioespaciales del programa PPGEO/UNIFAL-MG*

DOI: 10.5418/ra2025.v21i46.20576

SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

ESTEVAN COCA

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

V.21 n°46 (2025)

e-issn : 1679-768X

RESUMO: A implementação de universidades federais em cidades interioranas, é uma forma importante de analisar a materialidade de projetos de democratização da educação, que indicam avanços sociais educacionais em todas as etapas, profissionais e de divulgação de conhecimento científico. Este texto tem como objetivo compreender o impacto do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), na região Sul de Minas Gerais. Para isso foram coletados e analisados dados de relatórios anuais de avaliação e a vivência em órgãos colegiados e comissões entre o período de 2019 a 2024. Para avançar na análise categorizou-se os impactos do programa nos seguintes eixos: políticas públicas e conselhos, formação técnica e extensão, educação básica e formação docente, egressos e inserção social e divulgação científica e recursos abertos. Apesar de ter um destaque regional, as ações do PPGeo se articulam com redes nacionais e com projetos de internacionalização, comprovando assim que o investimento em educação possui um alcance não mensurável.

Palavras-chave: pós-graduação; Geografia; impactos; PPGeo; UNIFAL-MG.

ABSTRACT: Establishing federal universities in cities far from capitals is an important way to analyze educational democratization projects, which demonstrate social and educational progress at all stages, including professional development and the dissemination of scientific knowledge. This paper aims to understand the impact of the Graduate Program in Geography (PPGeo) at the Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG) in southern Minas Gerais. To this end, data from annual evaluation reports and the experiences of collegiate bodies and committees from 2019 to 2024 were collected and analyzed. The program's impacts were then categorized into five areas: public policies and councils, technical training and outreach, basic education and teacher training, admissions and social inclusion, and scientific dissemination and open resources. Despite its regional focus, the PPGeo's initiatives are connected to national networks and



internationalization projects, demonstrating the immeasurable impact of investing in education.

Keywords: graduate programs; Geography; impacts; PPGeo; UNIFAL-MG.

RESUMEN: El establecimiento de universidades federales en ciudades rurales es una forma importante de analizar los proyectos de democratización educativa, que demuestran progreso social y educativo en todas las etapas, incluyendo el desarrollo profesional y la difusión del conocimiento científico. Este trabajo busca comprender el impacto del Programa de Posgrado en Geografía (PPGeo) de la Universidad Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), en el sur de Minas Gerais. Para ello, se recopilieron y analizaron datos de los informes anuales de evaluación y las experiencias de los órganos colegiados y comités entre 2019 y 2024. Los impactos del programa se categorizaron en cinco áreas: políticas públicas y consejos, formación técnica y extensión, educación básica y formación docente, admisiones e inclusión social, y difusión científica y recursos abiertos. Apesar de su enfoque regional, las iniciativas del PPGeo están conectadas con redes nacionales y proyectos de internacionalización, lo que demuestra el inmensurable impacto de la inversión en educación.

Palabras clave: programas de posgrado; Geografía; impactos; PPGeo; UNIFAL-MG.

Introdução

Nas últimas duas décadas, o ensino público superior brasileiro passou por um massivo processo de expansão, gerando, dentre outros, a introdução de novos sujeitos (a exemplo de docentes e discentes), espaços, territórios, temas e escalas de interpretação nas pesquisas nacionais. A ampliação dessa diversidade enriquece as pesquisas sobre e no Brasil, fortalece a formação de mão de obra qualificada, e até certo ponto, atenua as desigualdades regionais que historicamente têm caracterizado a formação territorial brasileira. Apesar de parte da literatura destacar os impactos positivos que isso tem causado na expansão do ensino superior em regiões com maiores dificuldades de desenvolvimento econômico, a exemplo do Norte e do Nordeste (Almeida et al., 2023), também se faz importante abordar como a interiorização do ensino superior impacta e traz novos desafios para o interior de áreas com centros de ensino mais consolidados. Isso porque, mesmo no Sudeste – coração do capitalismo

brasileiro (Santos; Silveira, 2004) – regiões interioranas também são afetadas negativamente pela concentração de renda e poder por parte dos grandes centros urbanos do país. Além do mais, apesar de vermos como positivo o processo de interiorização do ensino superior brasileiro, reconhecemos o fato de que ele não é perfeito, sendo acompanhado por um conjunto de problemas como precária infraestrutura, recurso humano reduzido e o espaço secundário das novas instituições na disputa orçamentária federal.

Com esse trabalho visamos refletir sobre o caso do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), que foi implementado em 2019 como uma sequência e ampliação de atividades que têm sido desenvolvidas desde 2007 pelos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia nessa instituição. Consideramos os desafios e contribuições do PPGeo como forma de contribuir com as reflexões sobre a interiorização da pós-graduação em Geografia no contexto recente.

O trabalho traz duas contribuições principais. A primeira é a reflexão crítica sobre o papel dos programas de pós-graduação em Geografia em cidades interioranas e regiões com forte predominância do setor primário na economia, como é o caso de Alfenas. Demonstramos que os desafios e contribuições de espaços como o PPGeo atendem a necessidades e demandas específicas da região onde se localizam, respondendo, em parte, a interesses que vão além da pesquisa pura (se é que podemos diferenciar pesquisa pura e aplicada). A segunda é fornecer uma sistematização de impactos que o PPGeo tem gerado na sociedade local, seja por meio da formação humana; da contribuição com a educação local; da articulação com redes de implementação, fiscalização e coordenação de políticas públicas; da participação em instituições colegiadas; da produção e divulgação de conhecimento científico em múltiplos canais e contribuição com a diversificação empírica e temática do conhecimento em Geografia produzido em escala nacional.

Os dados que compõem o artigo são oriundos de um extenso trabalho realizado pelos coordenadores e colegiados do PPGeo desde quando ele foi implementado em 2019 com a intenção de prover o planejamento estratégico de suas atividades. São parte disso, formulários respondidos periodicamente por todos os docentes, discentes e grande parte dos egressos; de coletas de dados para elaboração de relatórios de avaliação institucional e desenvolvimento de atividades com temáticas específicas por meio de grupos de trabalho e comissões.

O texto está dividido em cinco partes, além da presente introdução e das considerações finais. Começamos com uma breve caracterização histórica sobre a pós-graduação no sistema universitário brasileiro. Nossa ideia é, com essa seção, apontar as bases políticas e organizacionais que resultaram na necessidade de uma interiorização de cursos de pós-graduação diversos, a exemplo do que são voltados para a Geografia. Na segunda parte, fazemos uma retomada sobre a história dos cursos de

Licenciatura e Bacharelado em Geografia da UNIFAL-MG com o intuito de demonstrar como o PPGeo emergiu em 2019 na esteira do amadurecimento do corpo docente, demanda de egressos e na busca por dialogar com problemas regionais. A terceira parte traz uma sistematização de ações desenvolvidas pelo PPGeo nos seguintes eixos: políticas públicas e conselhos, formação técnica e extensão, educação básica e formação docente, egressos e inserção social e divulgação científica e recursos abertos. Na quarta parte damos ênfase às redes e internacionalização das quais o PPGeo faz parte na busca por se integrar a outras escalas geográficas na construção do conhecimento geográfico. A quinta parte traz uma reflexão sobre como o exemplo do PPGeo da UNIFAL-MG nos ajuda a pensar nos avanços e desafios que a massificação e interiorização da pós-graduação tem vivenciado no Brasil durante o século XXI.

A Pós-Graduação em Geografia no Brasil: uma breve análise do percurso histórico

Historicamente, o Ensino Superior tem se constituído no Brasil como parte dos arranjos de concerto social e formação profissional demandados pelas classes dominantes e pelo Estado na construção de um projeto de modernidade. Os primeiros cursos de nível superior do país datam do período pós-1808 sendo iniciativas de D. João VI. Contudo, num primeiro momento esses cursos são esforços isolados e com pouca coesão, ou seja, são de caráter avulso, não inseridos numa estrutura mais ampla semelhante ao que posteriormente viriam ser as universidades (Saviani, 2010). Somente nas primeiras décadas do século XX é que seriam construídas as bases de um modelo de organização universitária mais coordenada. Resultam disso, por exemplo, as primeiras experiências daquilo que viriam posteriormente a se tornar algumas das mais importantes universidades brasileiras, a exemplo da Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Essas instituições tiveram um papel de destaque na implementação do modelo urbano-industrial brasileiro que foi desencadeado no restante do século XX, substituindo a sociedade agrária e a dependência cafeeira da economia – fato que perdurou por algumas décadas.

Dentro desse contexto, a pós-graduação possui como marco a implementação do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, como parte da chamada Reforma Francisco Campos que, dentre outros, estabelece a figura do professor catedrático, ou seja, são definidas as atribuições de orientadores e orientandos dentro do sistema universitário que se consolidava (Nobre; Freitas, 2017). Isso se dá num contexto em que em muitas dessas universidades que se instalavam ocorria a contratação de docentes estrangeiros que tinham, dentre outras funções, o objetivo de formar quadros que seriam importantes para o posterior funcionamento “autônomo” dessas instituições. Na própria Geografia isso se deu por meio da atuação de catedráticos como os franceses Pierre Deffontaines e

Francis Ruellan na USP. Assim, esse modelo hierárquico se consolida como a referência para a estruturação acadêmica dentro das universidades nas décadas seguintes, orientando as pesquisas e a formação científica.

Um importante momento para a consolidação de um sistema nacional ou então, de normas para a pós-graduação, é a criação, em 1951, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNP) que posteriormente viria a se tornar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que posteriormente tornar-se-ia a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Por meio do financiamento, planejamento e coordenação, essas instituições trouxeram contribuições valiosas para a consolidação e expansão da pós-graduação no Brasil nos anos posteriores.

Contudo, como origem histórica da pós-graduação brasileira tem-se o parecer 977/65 do Conselho Nacional de Educação. Nesse dispositivo normativo foi institucionalizada de modo definitivo a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, assim como a divisão entre mestrado e doutorado. A isso somam-se outros fatos importantes como a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Pós-Graduação pela CAPES, em 1976 e a criação do Fórum dos Pró-Reitores de Pós-Graduação (FOPROP), em 1987.

Nessa esteira, podemos identificar diferentes momentos que caracterizam até então, a consolidação e expansão da pós-graduação no Brasil. Uma forma de apontar esses momentos é por meio dos Planos Nacionais de Pós-Graduação elaborados pela CAPES (Bianchetti; Fávero, 2005). O primeiro, de 1975 – contexto de Ditadura Militar – teve como objetivo a consolidação dos poucos cursos já existentes e algumas propostas de expansão. O segundo, de 1982, ainda na Ditadura Militar, teve como foco a capacitação da pós-graduação para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho. O terceiro, elaborado em 1986, no contexto de redemocratização, também tem por referência a integração entre as pesquisas feitas nas universidades e o setor produtivo. O quarto, de 1991, durante o governo Collor, trouxe a flexibilização do modelo de pós-graduação, a busca pela melhoria da qualidade da produção em pesquisa e a internacionalização. Assim, percebe-se que até esse momento, por mais que existissem algumas iniciativas de expansão do número de vagas em cursos já existentes, o foco desses planos nacionais de pós-graduação estava em melhorar o que já existia. A preocupação com a expansão espacial da pós-graduação é algo que viria apenas posteriormente.

Assim, com o quinto Plano Nacional de Pós-Graduação, de 2005, no contexto do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, é que se estabelece, pela primeira vez, uma meta de expansão massiva não apenas do número de vagas, mas também de novos centros de pós-graduação no Brasil. Isso se consolida nos planos seguintes. O sexto, elaborado durante o primeiro mandato de Dilma

Rousseff, traz como preocupação, além da interiorização, também a internacionalização, dando origem a amplas ações de envio de estudantes e docentes brasileiros para experiências no exterior, como visitas técnicas, mestrados e doutorados sanduíche. Uma síntese sobre essas mudanças no ensino superior que impactaram direta e indiretamente a expansão da pós-graduação brasileira podem ser visualizadas no Quadro 01:

Quadro 01 - Avanços na política do Ensino Superior Brasileiro no período entre 2003 e 2014

- Criação de 18 novas universidades federais;
- Criação de 173 campus de universidades federais em cidades do interior do país;
- Lançamento, em 2003, do Programa de Extensão Universitária (Proext);
- Criação, em 2004, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Criação, em 2004, e implantação, em 2005, do Prouni para estudantes carentes em instituições de ensino superior privadas;
- Criação, em 2006, do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que apoia universidades públicas a ofertar cursos na modalidade de educação a distância;
- Recuperação, a partir de 2003, e fortalecimento, a partir de 2006, do Programa de Educação Tutorial (PET);
- Implantação, a partir de 2007, do Reuni;
- Implantação, em 2008, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID);
- Criação, em 2008, do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), para estudantes das universidades federais;
- Redesenho em 2010 do Fies, que facilita o acesso à educação superior para estudantes de baixa renda, em especial para estudantes das licenciaturas e de medicina;
- Criação, em 2013, do Programa de Bolsa Permanência para estudantes das universidades federais;
- Criação do Programa de Bolsa Permanência, para estudantes bolsistas do Prouni;
- Aprovação, em 2012, e implantação, a partir de 2013, da Lei das Cotas nas universidades federais, com previsão de reserva de no mínimo 50% das vagas, até 2016, para estudantes oriundos das escolas públicas de ensino médio;
- Lançamento, em 2014, do Programa Mais Cultura nas Universidades, que apoia projetos de arte e cultura propostos pelas universidades federais, com foco na inclusão social e no respeito à diversidade cultural;
- Democratização do acesso à universidade, com o uso dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos processos seletivos; e
- Expansão do ensino médico, com a criação de novas vagas e incentivo à realização de residências.

Fonte: SeSU, 2014. Adaptação: Autores.

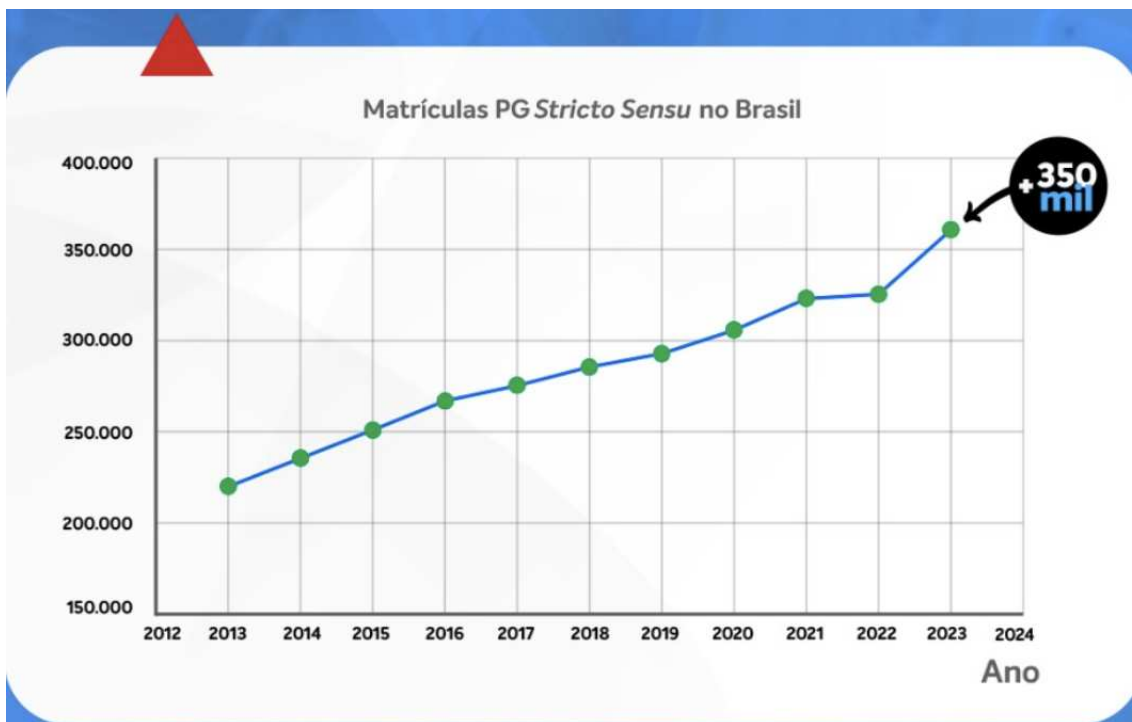
Esses movimentos de expansão e internacionalização exigem novas dinâmicas e métricas de avaliação, motivos pelos quais o sétimo Plano Nacional de Pós-Graduação, elaborado no contexto do terceiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, tem focado em desafios como redução das desigualdades regionais; estímulo à mobilidade acadêmica interna; avaliação integral e multifacetada; valorização das políticas de inclusão, diversidade e equidade como pilares estruturantes da pós-graduação; garantia de financiamento contínuo e estável para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e científicas; fortalecimento dos vínculos com o setor produtivo e com a sociedade em

geral, ampliando a relevância social da pós-graduação; atenção ao percurso dos egressos e ao perfil dos ingressantes, com foco em sua inserção social e profissional; ampliação da presença internacional e do reconhecimento global da produção científica brasileira; promoção da pesquisa de forma estruturada e institucionalizada, com impacto científico e social e incentivo à inovação e à articulação com a educação básica (Brasil, 2025). Nesse sentido, percebe-se que a interiorização traz novos desafios ao ensino superior e especialmente à pós-graduação no Brasil, o que reforça a importância de discuti-la.

O PPGeo da UNIFAL-MG é um exemplo dentre diversos que demarcam a interiorização e ampliação do número de vagas da educação pública de nível superior no Brasil. Não apenas os já referidos Planos Nacionais de Pós-Graduação como também políticas públicas como a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) contribuem de modo direto para que isso se concretize. Ter mais pessoas estudando em nível superior – especialmente a pós-graduação – e aumentar a distribuição espacial dessa oferta têm sido parte das prioridades do Governo Federal nas duas últimas décadas. Em matéria publicada no site da CAPES no dia 08 de maio de 2024, Denise Pires Carvalho, presidente dessa instituição explicou essa prioridade com os seguintes argumentos:

O Brasil registra um percentual de 0,2% de doutores em relação ao total da população. A média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é 1,1%”. Se pretendemos ser um país desenvolvido, precisaremos de mais doutores. Não é coincidência que, quanto mais doutores, maior o Produto Interno Bruto (PIB) de uma nação (Brasil, 2024).

Portanto, a justificativa para a ampliação do número de vagas em cursos de pós-graduação tem um caráter prioritariamente econômico, na medida em que se acredita que esses novos doutores poderão contribuir diretamente com a produção do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. De fato, os dados indicam que nos últimos anos tem ocorrido uma massiva ampliação do número de vagas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo a interiorização parte desse processo. Essa tendência pode ser observada no Figura 01.

Figura 01 - Evolução do número de matriculados em programas de pós-graduação *stricto sensu*

Fonte: CAPES, 2025.

Contudo, esse processo não é tão simples como parece, haja vista que tem havido dificuldade em se fazer com que a ampliação do número de mestres e doutores formados seja acompanhada da oferta de vagas de trabalho. Isso incorre num problema histórico da pós-graduação brasileira que é o fato de estar voltada, especialmente para a formação de docentes para universidades, tendo muito pouca inserção com o setor privado e órgãos da administração pública (Bianchetti; Fávero, 2005). Mesmo ocorrendo uma ampliação na demanda por docentes com mestrado e doutorado nas últimas décadas, o número de novos mestres e doutores têm sido maiores, existindo uma grande quantidade de pessoas com tais qualificações, porém, sem emprego formal. A Geografia é parte desses diversos limites e contradições do processo de expansão e interiorização da pós-graduação em Geografia no Brasil, refletindo tanto as potencialidades de democratização do acesso à formação avançada quanto os desafios de inserção profissional e de articulação mais efetiva com diferentes setores da sociedade e da economia.

A pós-graduação em Geografia na interiorização do ensino superior brasileiro

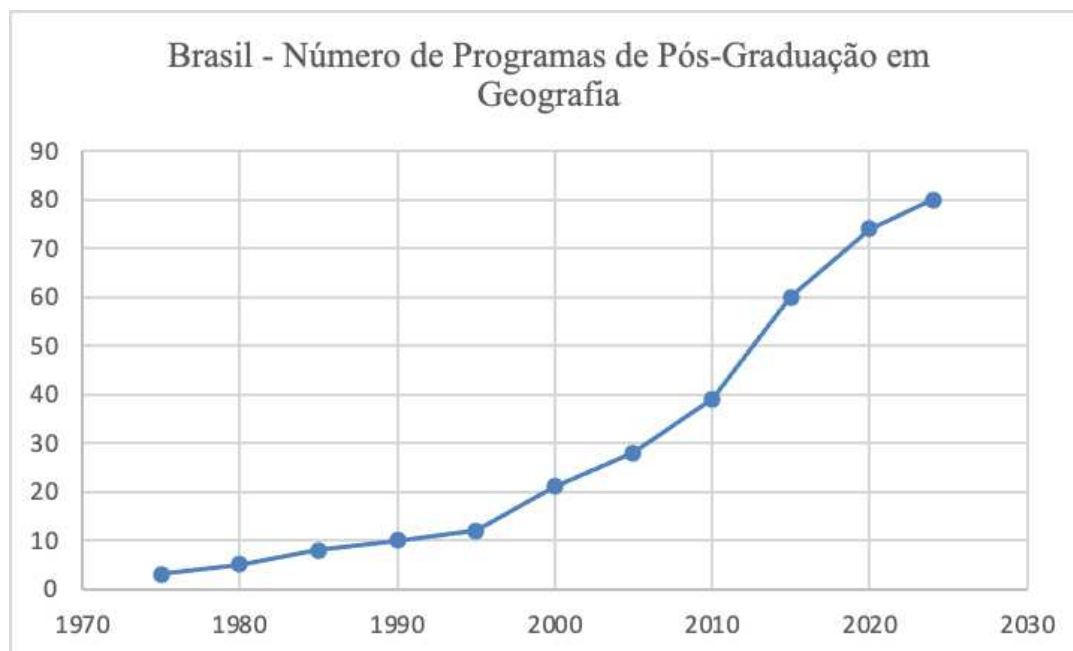
A história da pós-graduação em Geografia no Brasil é parte dos processos mais amplos da implementação da pós-graduação *stricto sensu* no país. No âmbito da USP, dentre as primeiras teses

desenvolvidas por geógrafos brasileiros após a institucionalização da Geografia no país, na década de 1930, constam as de Maria Conceição Vicente de Carvalho (a primeira do país), Ary França, Nice Lecoq Muller, João Dias da Silveira e Renato Silveira Mendes (Villela; Queiroz Filho, [S.d.]). Essas teses destacam elementos da paisagem da região Sudeste, enfatizando temas como aspectos sociais de cidades litorâneas, povos do campo, clima urbano e geomorfologia de áreas de serra. Contudo, a institucionalização da pós-graduação em Geografia no Brasil viria apenas três décadas depois.

A pós-graduação *stricto sensu* em Geografia no Brasil tem como marco de sua institucionalização o ano de 1971, quando, na USP, são formados o Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) e o Programa de Pós-Graduação em Geografia Física (PPGF) (Villela; Queiroz Filho, [S.d.]). Até o final da década de 1980, houve um tímido avanço na implementação de novos programas, tendo ocorrido apenas a emergência de sete novos cursos de mestrado e um de doutorado – com significativa concentração no Sudeste do país (Aguilar; Fonseca; Christan, 2023). Na década de 1990, ocorreu uma aceleração na implementação de novos cursos, com a emergência de 21 programas: 10 no Sudeste, 5 no Nordeste, 4 no Sul, 2 no Centro-Oeste, e nenhum no Norte (Aguilar; Fonseca; Christan, 2023). Nesse contexto, em 1993 foi criada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), tendo o renomado geógrafo Milton Santos como seu primeiro presidente (Oliveira, 2023). A ANPEGE é fruto de um esforço de criar um órgão que representasse, defendesse e orientasse os programas em Geografia (Gerardi, 2003). Desde então, a ANPEGE tem desempenhado um importante papel para a articulação e reflexão sobre os programas de pós-graduação em Geografia no Brasil.

Se a década de 1990 representou o primeiro passo para uma maior expansão e interiorização dos programas de pós-graduação em Geografia, é no século XXI que isso ganharia uma dimensão ainda mais expressiva. Em 2010, o número de programas já havia subido para 40, sendo eles distribuídos do seguinte modo: 13 no Sudeste, 10 no Sul, 7 no Nordeste, 7 no Centro-Oeste e 3 no Norte (Aguilar, Fonseca, Christian, 2023). Em 2025, a expansão e interiorização da pós-graduação se consolida ainda mais, apresentando 77 programas distribuídos da seguinte forma: 25 no Sudeste, 13 no Sul, 12 no Centro-Oeste, 19 no Nordeste e 11 no Norte (Novais; Castrogiovanni, 2025). De tal modo, desde 2019 não há uma Unidade da Federação sem pelo menos um programa de mestrado em Geografia (Aguilar; Fonseca; Christan, 2023). Essa evolução é apresentada no Figura 02.

Figura 02: Número de Programas de Pós-Graduação em Geografia



Fonte: Plataforma Sucupira, 2025. Org: Autores.

Por mais que a descentralização apontada apresente uma concentração dos dados totais no Sudeste e no Sul, esses dados precisam ser relativizados. Se tomarmos os dados relativos do Sudeste, por exemplo, essa macrorregião concentra muitos programas em números absolutos, porém, ainda revela deficiência quando se estreita o olhar para programas por habitante. Conforme Aguilar, Fonseca, Christian (2023), o Nordeste e o Sudeste continuam com déficits regionais significativos quando ponderados pela proporção populacional, evidenciando uma disparidade entre concentração e efetiva disponibilidade de cursos. Isso reforça a importância de se pensar os limites e contradições da interiorização da pós-graduação brasileira também em regiões localizadas na parte mais economicamente pujante do país, a exemplo, do PPGeo da UNIFAL-MG.

A Geografia na UNIFAL-MG e a Emergência do PPGeo

Em 29 de julho de 2005, foi aprovada a Lei nº 11.154, que transformou a até então Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal (EFOA/CEUFE) na UNIFAL-MG. Isso foi parte do Programa Expandir que se iniciou em 2004, sendo realizado pela Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), com o objetivo de ampliar a oferta de ensino superior e a interiorização dele no país. A UNIFAL-MG já nasce com uma longa história, pois a EFOA foi criada em 1914 e federalizada em 1960; este contexto traz benefícios de uma estrutura já existente e desafios de desconstruir e reconstruir uma nova instituição que atenda as demandas da sociedade em um

formato de universidade. Essa transformação trouxe a abertura de novos cursos de graduação, mestrados e especializações.

Entre 2006 e 2007, além dos cursos já existentes, foram implementados nove cursos de graduação na UNIFAL-MG e entre 2008 e 2009 foram criados mais cinco cursos, sendo quatro deles vinculados ao REUNI. Os cursos de Geografia Bacharelado e Licenciatura foram criados em 2007, vinculados ao Programa Expandir. O primeiro Projeto Político-Pedagógico do Curso de Geografia não separava as modalidades, ou seja, era um projeto para Bacharelado/Licenciatura. Somente a partir de 2009, atendendo orientações do Ministério da Educação é que os cursos foram separados e foram elaborados e aprovados um Projeto Político Pedagógico para cada um deles.

O curso de Geografia Bacharelado, ofertado no período integral, e o Curso de Geografia Licenciatura, ofertado no período noturno, foram criados por três mulheres Professoras Doutoras que ousaram assumir essa importante missão de implementar dois cursos de Ciências Humanas em uma instituição em que predominavam os cursos da área da saúde. De acordo com Sarkis (2023), o processo de elaboração do curso perdurou por dois anos (2005 e 2006), de modo que o objetivo era atender a formação de profissionais voltada para questões ambientais e formação de professores. O desafio foi criar dois cursos com limitação de recursos humanos e de infraestrutura. Mesmo diante destes desafios, os cursos foram implementados e reconhecidos pelo MEC em 2011.

Essa limitação de infraestrutura foi de certa forma sanada com a implementação da Unidade Educacional Santa Clara, na periferia do município de Alfenas, onde os cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado foram alocados em 2012. Esta Unidade Educacional teve sua criação vinculada ao processo de expansão universitária que inicia com o Programa Expandir e que se fortalece por meio do REUNI. Também neste processo foram criados os dois campi da UNIFAL-MG, sendo um no município de Varginha e outro no município de Poços de Caldas.

Os cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado se localizam no Prédio B na Unidade Educacional Santa Clara, onde ocupam diversos laboratórios, sala de aulas e sala de professores. Exceto a sala de professores, os demais espaços são amplos, já que são ofertadas 40 vagas para cada modalidade por ano, e são bem equipados. A questão da sala de professores está em processo de mudança, para que eles tenham melhores condições de trabalho.

Com relação aos recursos humanos, os dois cursos iniciaram com duas professoras e aos poucos, por meio de concurso público, o quadro de docentes foi ampliado, atendendo o que estava previsto no Projeto Político Pedagógico de implementação em 2012 e depois deste período, os cursos conquistaram vagas de professores para atender as demandas e necessidades que foram surgindo com a consolidação do curso e com as mudanças da sociedade. Os dois cursos são atendidos por um grupo de docentes formados em Geografia, que possuem uma relação mais próxima com sua organização

administrativa e pedagógica e por docentes das áreas de Exatas, Ciências Sociais, Biologia e Educação.

Neste texto será destacado o corpo docente formado em Geografia, pois é por meio dele que a pós-graduação se faz presente na UNIFAL-MG. Atualmente, este corpo docente é formado por quinze professores, sendo dois geólogos e os demais geógrafos, que se distribuem em três áreas, sendo elas: Geografia Humana e Ensino, Geografia Física e Geotecnologias. Dentro deste quadro docente constam somente duas mulheres, reforçando a necessidade de pensar a questão de gênero na Geografia e no ensino superior.

Ao analisar os dados de 60 programas de Pós-Graduação em Geografia, disponíveis na plataforma Sucupira, com base no ano de 2017, Silva, César e Pinto (2020) afirmam que o processo de interiorização contribuiu para o aumento da quantidade de mulheres nos cursos de pós-graduação, mas a quantidade de homens ainda é maior. Ademais, a desigualdade é maior quando é analisada a quantidade de mulheres e homens que atuam como docentes nos cursos de Geografia.

De 2007 a 2021, o curso de Geografia licenciatura contabilizou 227 egressos e o curso de Geografia Bacharelado de 2007 a 2022 contabilizou 229 egressos. Muitos destes egressos buscaram cursar pós-graduação em outras instituições, fato que reforçou o interesse do grupo de docentes de implementar um curso de pós-graduação na instituição.

Após duas tentativas, o curso de mestrado foi aprovado, na terceira tentativa, pela Capes e teve início em 2019. O curso, desde sua proposta inicial, é formado majoritariamente por professores do curso de Geografia da UNIFAL-MG, tendo, no começo de suas atividades, somente dois docentes de outras instituições sendo elas a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), *campus* de Poços de Caldas. Com o passar do tempo e a consolidação do programa, mais professores do IFSULDEMINAS *campus* de Poços de Caldas ingressaram no programa, fato que reflete a importância regional do PPGeo que atrai alunos egressos do curso de Geografia ofertado por essa instituição. Com objetivo de ampliar ainda mais suas relações, recentemente uma docente da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), *campus* Passos, se credenciou no programa e a aprovação do seu credenciamento se pautou na busca de equidade de gênero, pois, dos quatorze professores credenciados no programa somente três são mulheres, também se considerou a possibilidade de atrair discentes de outras instituições.

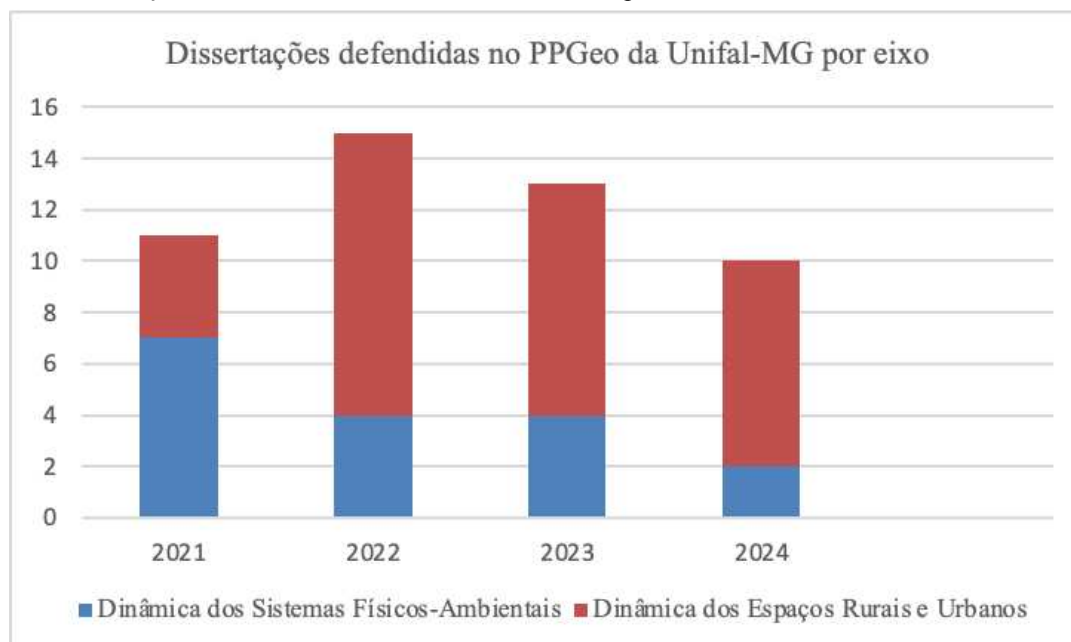
Além de atender as demandas dos egressos, a implementação do PPGeo tinha como objetivo fortalecer a pesquisa em Geografia na UNIFAL-MG e ampliar o impacto social na região onde o curso está localizado. O estado de Minas Gerais possui 9 programas de pós-graduação em Geografia, e a região Sul e Sudoeste de Minas Gerais é atendida pelo PPGeo-UNIFAL-MG.

O PPGeo está dividido em duas linhas de pesquisa: Dinâmicas dos Espaços Rurais e Urbanos e Dinâmicas dos Espaços Físico-Ambientais. A primeira tem por finalidade identificar as atividades produtivas, econômicas e as dinâmicas populacionais no bojo da organização e produção dos espaços, além de entender as relações do mundo atual na concepção sociocultural dos lugares. A segunda abrange estudos que permitem a compreensão da ação humana sobre a natureza, sob um olhar integrador, a partir da perspectiva sistêmica, facilitando os saberes relacionados às dinâmicas dos sistemas físico-ambientais e às suas alterações, auxiliando a tomada de decisão e na elaboração de cenários (PPGeo, *[S.d.]*). De tal modo, mesmo buscando desenvolver ações que enfatizem o caráter mais holístico da Geografia, no programa se desenvolve uma organização dicotômica entre Geografia Física e Humana que também caracteriza a grande maioria dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil (Novais; Castrogiovanni, 2025).

Até o ano de 2024, o programa contava com 49 trabalhos de conclusão defendidos e aprovados. A maioria dos trabalhos abordam temáticas relacionadas à região, reforçando o objetivo do programa que é contribuir com o desenvolvimento regional. No entanto, os discentes também realizam pesquisas de caráter mais teórico ou que abordam outras dimensões espaciais. Um exemplo disso são as dissertações que pesquisaram sobre os municípios de Limeira (SP), Franca (SP) e sobre o Distrito Federal, resultado do ingresso de discentes, dessas localidades, no programa no período pandêmico da Covid 19, que exigiu trabalho, pesquisa e ensino no formato remota, este procedimento permitiu a realização e a conclusão das pesquisas sem necessidade de deslocamento destes discentes para Alfenas-MG, onde o programa está localizado. Este movimento evidenciou que apesar de predominar o alcance regional do programa, este consegue alcançar espaços mais longínquos.

Com relação a distribuição dos trabalhos de conclusão por ano e por linha de pesquisa, o programa apresenta: em 2021, 7 dissertações da linha Dinâmica dos Sistemas Físicos-Ambientais e 4 dissertações da linha Dinâmica dos Espaços Rurais e Urbanos; em 2022, 4 dissertações da linha Dinâmica dos Sistemas Físicos-Ambientais e 11 dissertações da linha Dinâmica dos Espaços Rurais e Urbanos; em 2023, 4 dissertações da linha Dinâmica dos Sistemas Físicos-Ambientais e 9 dissertações da linha Dinâmica dos Espaços Rurais e Urbanos e em 2024, 2 dissertações da linha Dinâmica dos Sistemas Físicos-Ambientais e 8 dissertações da linha Dinâmica dos Espaços Rurais e Urbanos. Como os dados comprovam, houve um aumento do número de dissertações concluídas em 2022 e 2023, apresentando uma pequena redução em 2024 (Figura 03).

Figura 03: Dissertações defendidas no PPGeo da UNIFAL-MG por eixo



Fonte: Plataforma Sucupira, 2025.

As pesquisas desenvolvidas pelo programa alinham-se aos interesses dos discentes e dialogam com os projetos de pesquisa dos orientadores. Essa convergência resulta em trabalhos que combinam abordagens teóricas e empíricas, utilizando entrevistas, questionários, observação participante e trabalhos de campo. Tal dinâmica favorece a troca de conhecimentos entre pesquisadores, participantes da pesquisa e demais envolvidos, contemplando tanto estudos voltados para a aplicação prática quanto investigações de caráter mais teórico, todos com o propósito comum de contribuir diretamente para a Ciência Geográfica e para a sociedade. Muitos desses trabalhos têm caráter pioneiro, produzindo dados e informações inéditos sobre determinados espaços geográficos, que podem servir de base para pesquisas futuras.

Das 32 dissertações defendidas na Linha Dinâmica dos Espaços Rurais e Urbanos, 9 tiveram como escala de estudos o município de Alfenas, 14 tiveram como escala de pesquisa a região Sul de Minas Gerais e 4 apresentaram em sua pesquisa recorte espacial estadual com o foco em Minas Gerais e na escala nacional, demonstrando essa relação interescalar. Ainda dentro do total de dissertações defendidas nesta linha de pesquisa, 5 tiveram como recorte outras localidades como Uberlândia e São Miguel do Anta – ambas do estado de Minas Gerais – Franca e Limeira – ambas do estado de São Paulo – e Distrito Federal. Essas pesquisas ocorreram principalmente no período remoto de funcionamento do programa, devido ao período pandêmico da Covid-19, como já relatado anteriormente. Ao analisar os conteúdos das dissertações, constata-se que uma diversidade de temas foi abordada; estes transitavam entre os aspectos urbanos, rurais, culturais e educacionais da região.

Além disso, muitas dessas pesquisas foram pioneiras ao propor a análise de determinadas temáticas na região, configurando-se como um marco relevante para a produção de conhecimento e reforçando o impacto do programa. Entre os temas investigados, destacam-se: o trabalho escravo; a questão habitacional; a cultura vinculada à religião; a formação de professores e o processo de alfabetização por meio da Geografia; o uso do PNLD-Campo; a inserção de cidades pequenas e médias nos currículos oficiais; o meio rural, com ênfase na produção de café; o uso de agrotóxicos; os desafios e benefícios relacionados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; as questões étnico-raciais e da comunidade LGBTQIA+; e a questão de gênero. Todas essas temáticas foram analisadas sob a ótica espacial da Geografia.

No que se refere às dissertações defendidas na linha Dinâmica dos Sistemas Físicos-Ambientais, embora a escala espacial das pesquisas varie conforme os fenômenos geográficos investigados, 14 trabalhos tiveram como recorte o estado de Minas Gerais, alguns em escala local e outros em escala regional. Os conteúdos abordam fenômenos geográficos sob a perspectiva dos aspectos físico-naturais e de sua relação com a sociedade, a representação espacial e cartográfica desses fenômenos, bem como o ensino de Geografia e a alfabetização científica e tecnológica. Além disso, uma dissertação apresentou abrangência nacional, enquanto outras duas tiveram como recorte o município de Araraquara (SP) e o estado do Espírito Santo, respectivamente. Entre as temáticas estudadas, destacam-se: a represa de Furnas, diagnósticos ambientais, geossistemas, capacidade de uso da terra, geodiversidade e conservação. Muitos desses trabalhos deram ênfase ao cultivo de café, produto de destaque na região Sul de Minas Gerais.

Essas dissertações geraram um importante impacto social, desde seu planejamento até sua defesa, pois ao realizar a pesquisa, muitas pessoas são envolvidas e afetadas por este movimento e mesmo sem serem autores da pesquisa, passam a repensar muitas situações ou pelo menos passam a refletir sobre problemáticas que antes não refletiam. Além de ampliar o conhecimento e a compreensão sobre esse espaço geográfico da região que ainda precisa ser analisado de forma mais aprofundada, essas pesquisas servem de subsídio para o planejamento dos municípios dessa região. Também geram um impacto na formação dos pesquisadores discentes e docentes orientadores, que impactam diretamente a abordagem de conteúdo nas aulas na graduação e pós-graduação, podendo no futuro gerar mudanças no Projeto Pedagógico dos Cursos de Geografia Bacharelado e Licenciatura.

Impactos na Sociedade

Uma das formas de analisar as contribuições do PPGeo da UNIFAL-MG no contexto da expansão e interiorização da pós-graduação no Brasil é por meio dos impactos que ele causa na sociedade. No Quadro 02 organizamos esses impactos em cinco eixos: “Políticas Públicas e

Conselhos”, “Formação Técnica e Extensão”, “Educação Básica e Formação Docente”, “Egressos e Inserção Social” e “Divulgação Científica e Recursos Abertos”.

A começar pelo eixo “Políticas Públicas e Conselhos”, são identificadas cinco ações que envolvem objetivos como formulação de políticas públicas, contribuição técnica e científica na tomada de decisões e mobilização de atores e instituições da sociedade civil para a adoção de práticas sustentáveis, a exemplo da Agroecologia. Isso demonstra que o PPGeo tem contribuído para qualificação do debate político regional, fazendo com que as ações desenvolvidas por órgãos colegiados com mandato público e articulações da sociedade civil mobilizem conhecimentos geográficos com a finalidade de propor soluções territorialmente embasadas para problemas socioambientais, promover o uso equitativo e sustentável dos recursos naturais e fortalecer a participação democrática na gestão e no planejamento do território. Neste eixo é possível enfatizar o impacto local e regional conforme indicam as ações apresentadas no Quadro 02.

No eixo “Formação Técnica e Extensão” demonstra-se a oferta de curso técnico em geotecnologias como forma de capacitar servidores públicos e ações de extensão baseadas em princípios da Agroecologia com a finalidade de contribuir com o combate à insegurança alimentar e a promoção da soberania alimentar. Essas atividades exemplificam a mobilização de conhecimentos geográficos com a intenção de contribuir com a promoção das justiça social e ambiental. Em parte, com base em princípios metodológicos participativos, a exemplo da pesquisa participante e militante (Coca; Xavier; Bertachi, 2021) resultados dessas ações têm também composto dissertações desenvolvidas no programa, fato que indica uma articulação indissociável entre extensão e pesquisa na produção de novos conhecimentos (e.g., Alves, 2022; Oliveira Júnior, 2024; Xavier, 2022).

O eixo “Educação Básica e Formação Docente” resulta da forte inserção que o PPGeo possui na rede de ensino em escala regional. Uma grande parcela dos mestrados integrantes do programa é docentes da Rede Pública de Ensino, fato que redundou na ocorrência de parcerias que envolvem a mobilização do conhecimento geográfico em nível superior e básico. Tais ações são direcionadas tanto para discentes como para docentes da Rede Pública de Ensino. Destaca-se, dentre essas, a contribuição do programa para a formação continuada de docentes que atuam na região, destacando a Formação Continuada sobre educação de campo, que atingiu 5 escolas rurais de Alfenas e os servidores que trabalham internamente na Secretaria Municipal de Educação do município. Com a presença do PPGeo da UNIFAL-MG, o número de professores com título de mestrado ampliou-se, fato que levou a Secretaria Municipal de Educação a considerar em seu processo seletivo, o título de mestrado como pontuação de titulação, elevando assim a formação dos professores da Educação Básica. Em escala nacional é importante destacar a Olimpíada Brasileira de Geografia, que é coordenada por um docente do PPGeo, e busca valorizar a ciência geográfica por meio da Geografia escolar.

A importância do PPGeo da UNIFAL-MG para a formação docente também gera impactos no eixo “Egressos e Inserção Social”. São constatadas ações desenvolvidas por egressos do programa como a atuação em cursinhos populares e o ingresso como docentes em instituições públicas de ensino superior como estatutários ou substitutos. Além disso, também consta uma ação em que conhecimentos construídos no mestrado são mobilizados em projeto de valorização da memória local. Essas trajetórias indicam que o PPGeo da UNIFAL-MG tem gerado impactos que também envolvem o acesso ao mercado de trabalho por meio da transformação social e divulgação do conhecimento científico.

Por fim, no eixo “Divulgação Científica e Recursos Abertos”, o programa apresenta resultados como a produção de vídeos disponibilizados em plataformas de acesso aberto, como o Youtube e a participação em matérias jornalísticas que requerem informações e análises de especialistas. Isso indica, primeiro, a construção de canais de divulgação científica para o público mais amplo; segundo se constata o fornecimento de informações técnicas que qualificam o debate público sobre temas diversos como o clima, as políticas eleitorais, as dinâmicas econômicas, etc. Assim, o programa consolida-se como um importante mediador entre a produção acadêmica e a sociedade, ampliando o alcance e a relevância social do conhecimento geográfico.

Quadro 02 - Impactos gerados pelo PPGeo da UNIFAL-MG na sociedade do Sul de Minas Gerais

Eixo de Impacto	Ação Realizada	Impacto
Políticas Públicas e Conselhos	Participação no CODEMA (Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente)	Formulação de políticas ambientais urbanas e rurais; uso de conhecimento geográfico em decisões públicas.
	Participação no Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Furnas	Contribuição técnica e científica para a gestão de recursos hídricos; apoio à elaboração de planos diretores.
	Participação na Comissão de Revisão do Plano Diretor de Três Pontas	Incorporação do conhecimento geográfico em debates sobre planejamento urbano e direito à cidade.
	Participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	Apoio à agricultura familiar e fortalecimento de políticas de desenvolvimento rural sustentável.
	Integração ao Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas	Promoção da agroecologia, soberania alimentar e políticas estaduais voltadas à produção orgânica e agroecológica.
Formação Técnica e Extensão	Capacitação em aerofotogrametria e geotecnologias para agentes ambientais	Formação técnica de servidores públicos para atuação em gestão territorial e monitoramento ambiental.

	Projeto de horta comunitária em conjunto habitacional de alta vulnerabilidade	Combate à insegurança alimentar pós-Covid, fortalecimento comunitário e agroecologia urbana.
	Organização da Feira Agroecológica e Cultural (FACU)	Valorização da produção camponesa, combate a estigmas sociais e aproximação entre campo e cidade.
Educação Básica e Formação Docente	Formação em Educação do Campo para escolas rurais	Valorização da educação no campo, formação continuada de professores, reivindicações por melhorias estruturais.
	Projeto de alfabetização científica com uso de geotecnologias no ensino médio	Estímulo à iniciação científica e fortalecimento da participação juvenil em políticas públicas municipais.
	Projeto sobre a Reforma do Ensino Médio em escolas públicas	Crítica aos itinerários formativos, incentivo à pesquisa escolar e aproximação entre escola e universidade.
	Projeto de educação étnico-racial no ensino fundamental	Valorização da diversidade, combate ao racismo e promoção da consciência negra na escola pública.
	Coordenação da Olimpíada Brasileira de Geografia	Fortalecimento da ciência geográfica na educação básica e estímulo à participação nacional e internacional.
Egressos e Inserção Social	Atuação de egresso como professor em cursinho comunitário camponês	Ampliação do acesso ao ensino superior para populações vulnerabilizadas.
	Participação de egresso em projeto de memória e identidade local com <i>podcasts</i>	Fortalecimento da agricultura familiar e do pertencimento comunitário na região de Mata Atlântica.
	Inserção de egressos na educação básica e superior (IFs e substituições universitárias)	Valorização da titulação <i>stricto sensu</i> e contribuição na formação de novos educadores.
Divulgação Científica e Recursos Abertos	Produção de vídeos didáticos sobre geotecnologias em canal do YouTube	Democratização do conhecimento técnico e geográfico para estudantes e professores.
	Participação de docentes em reportagens jornalísticas sobre temas ambientais e climáticos	Divulgação científica e contribuição com informações confiáveis à população em geral.

Fonte: Plataforma Sucupira, 2025. Org: Autores.

Assim, se constata que o PPGeo apresenta impactos que vão além dos resultados de pesquisas científicas desenvolvidas pelos mestrandos. A presença do programa tem qualificado o debate político no Sul de Minas Gerais, atuando por meio da proposição e acompanhamento de políticas públicas, ativismo e formação técnica de servidores. Isso reforça que o programa se consolida como parte dos espaços políticos regionais (Carvalho; Coca; Santos, 2025; Castro, 2018), dialogando com o Poder Público e com a sociedade civil na busca de soluções para o planejamento territorial e a adoção de práticas sustentáveis. O PPGeo também atua na melhoria da educação local e na formação de quadros para instituições de ensino de nível básico e superior. Além disso, representantes do programa têm sido convidados com frequência para participar em atividades de divulgação científica para o público mais amplo. Assim, a experiência do PPGeo da UNIFAL-MG exemplifica que a presença de programas de pós-graduação fora dos grandes centros acadêmicos e metropolitanos é estratégica para democratizar o acesso à ciência e potencializar transformações sociais e políticas no território.

Com o mestrado do PPGeo os discentes puderam optar por continuar estudando e residindo em cidades pequenas e médias e na zona rural, evidenciando, assim, a importância da interiorização da Pós-Graduação que contribui para diminuir o estereótipo de inferiorização desses espaços. E uma vez titulado estes mestrandos podem procurar formas de se inserir neste espaço, ou buscar inserção em outros espaços, fato que ocorre com muitos egressos que cursam o doutorado em outras instituições como a Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Presidente Prudente e Rio Claro, a USP, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) entre outras, fato que indica a potência do programa para a abertura de um curso de doutorado.

Para Além do Interior: Redes nacionais e internacionais

Temos defendido neste texto que alguns dos problemas que limitam o funcionamento de programas de pós-graduação *stricto sensu* em universidades mais antigas e em áreas metropolitanas são amplificados naqueles mais recentes, localizadas em áreas interioranas. Uma das formas de lidar com tais realidades é por meio da inserção em redes, especialmente as que possuam caráter internacional. Assim, nessa parte destacamos as inserções do PPGeo em redes nacionais e internacionais por meio de pesquisas, acordos de cooperação, publicações e outros.

A articulação internacional do PPGeo tem se dado com universidades do Norte e do Sul Global. Nos últimos anos foram firmados acordos de cooperação e um protocolo de intenções que visam possibilitar o desenvolvimento de pesquisas conjuntas e o intercâmbio de docentes e discentes entre instituições. O acordo de cooperação acadêmica foi firmado com a Friedrich-Schiller-Universität

Jena, da Alemanha. O protocolo de intenções tem como objetivo fortalecer parcerias entre o PPGeo a Universidade Metodista Unidas, de Moçambique. Essas ações contribuem para o aprofundamento de diálogos científicos em diferentes contextos geográficos, ampliando o repertório teórico-metodológico do programa e inserindo seus pesquisadores em redes internacionais de produção do conhecimento. Ao estabelecer vínculos com instituições de países centrais e periféricos, o PPGeo reforça seu papel estratégico no processo de interiorização da pós-graduação brasileira, demonstrando que programas situados fora dos grandes centros urbanos também podem se consolidar como polos de excelência e internacionalização acadêmica.

Ainda como parte da internacionalização do PPGeo, em 2023, o programa passou a integrar dois projetos institucionais de fortalecimento da internacionalização da UNIFAL-MG, ambos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Esses projetos tem possibilitado ações como: i) visitas técnicas de docentes do programa às instituições como Friedrich-Schiller-Universität Jena, da Alemanha e a University of British Columbia, do Canadá; ii) realização de pós-doutorados de docentes do programa em instituições como a Clark University, nos Estados Unidos, a Universidad Nacional de Colômbia, na Colômbia e a Universidade Eduardo Mondlane, de Moçambique e; iii) visitas técnicas de docentes das instituições estrangeiras onde membros do PPGeo têm feito pós-doutorado para a UNIFAL-MG.

Essas ações de internacionalização também são fortalecidas por meio da inserção em redes como as seguintes: i) *Collective of Agrarian Scholar-Activists from the South* (Coletivo de Ativistas Acadêmicos Agrários do Sul); ii) Parceria com a Universidade de Montenegro, resultando na organização de evento internacional e publicações conjuntas e; iii) Cooperação internacional na formação, com orientação de três mestrandos na Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique).

Na escala regional, o PPGeo também tem integrado a Rede Colaborativa entre Programas de Pós-Graduação em Geografia de Minas Gerais (REDE PPGeo-MG). A criação da REDE PPGeo-MG marca um avanço importante para a pesquisa em Geografia em Minas Gerais, ao promover a cooperação entre programas de pós-graduação com diferentes níveis de consolidação. Essa iniciativa busca integrar os programas da área, fortalecer a colaboração científica, otimizar recursos e ampliar a formação de recursos humanos qualificados. Para isso, foi criado um canal de comunicação entre os coordenadores dos nove programas do estado, culminando no “Encontro de Coordenadores” em novembro de 2024, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O evento contou com a participação de representantes institucionais, da CAPES e do CNPq, que discutiram o cenário atual da área, apresentaram os programas e definiram princípios estratégicos, formalizados na “Carta Belo Horizonte”(REDE PPGeo-MG, 2024), que orientam a cooperação científica, a internacionalização e o fortalecimento institucional da rede.

A partir dessas diretrizes, a REDE PPGeo-MG planeja ações como a realização de seminários, criação de grupos interinstitucionais de pesquisa, publicações conjuntas, banco de dados compartilhado, disciplinas colaborativas e intercâmbio acadêmico. Cada programa retornou às suas instituições para validar a proposta e preparar sua implementação, que inclui a divulgação por meio de site e redes sociais. Assim, a rede se configura como um passo decisivo para consolidar a Geografia como campo estratégico para o desenvolvimento sustentável regional, ao potencializar a qualidade da pesquisa e do ensino e articular respostas integradas e inovadoras aos desafios científicos, sociais e ambientais em Minas Gerais.

Os docentes do programa também possuem grupo de pesquisas que estão vinculados a redes, sendo elas Rede de Estudos Agrários (REA), Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (DATAUTA), Rede de Pesquisadores sobre Cidades, Territórios e Meio Ambiente (RECITA), Delta H Brasil: Geomorfologia e Evolução da paisagem e GTde Educação da ANPEGE. O fato de o PPGeo estar compondo estas redes permite aos seus docentes e seus discentes contato com uma grande diversidade de pesquisadores, o que intensifica o processo de formação continuada destes docentes, além disso, o contato com outras instituições, juntamente com a análise da sua realidade contribui para a construção da identidade do programa.

Desafios para a Consolidação do PPGeo da UNIFAL-MG

Mesmo com avanços significativos durante os governos desenvolvimentistas do século XXI – a exemplo das saídas do Mapa da Fome (2014 e 2025) – o Brasil ainda é um país marcado por extremas desigualdades, dentre as quais aquelas que se manifestam entre as suas macrorregiões e internamente a elas (Oliveira, 1993). A ampliação do número de vagas e a implementação de novos cursos de pós-graduação são medidas que compõem o pacote – nem sempre coordenado – de medidas criadas nos últimos 35 anos com a finalidade de amenizar essa situação. Essas experiências criam a oportunidade de muitas pessoas serem os primeiros em suas famílias a terem um diploma de mestrado ou doutorado, qualificam o mercado de trabalho, fomentam o pensamento crítico em entidades com representação da sociedade civil, capacitam servidores públicos, dão maior dinamização a Educação Básica etc. Contudo, alguns dos problemas e desafios enfrentados por programas de pós-graduação em áreas metropolitanas e instituições mais tradicionais são amplificados no interior, a exemplo das dificuldades de financiamento para pesquisas, poucas bolsas para os mestrandos e ainda precária inserção no mercado de trabalho.

O desequilíbrio entre linhas e o preenchimento de vagas na seleção são problemas que se acentuaram após a pandemia da Covid-19, quando houve uma diminuição no ingresso de discentes nos cursos de graduação. Isso repercute na pós-graduação, haja vista que a maior parte dos ingressantes no PPGeo são ex-alunos dos cursos de graduação em Geografia da UNIFAL-MG. Esse problema não é exclusivo do programa. Conforme o “Plano Nacional de Pós-Graduação 2024-2028”, no ano de 2020, em pelo menos 20 das 49 áreas de avaliação, 25% ou mais dos cursos de mestrado registraram demanda inferior à oferta de vagas. No caso dos cursos de doutorado, 19 áreas apresentaram ao menos 25% dos programas com número de candidatos menor do que o total de vagas disponíveis — sendo que, em 12 dessas áreas, 30% ou mais dos cursos enfrentaram essa baixa procura (Brasil, 2023). No PPGeo esse fato tem sido mais sentido na linha Dinâmica dos Sistemas Físico Ambientais, dentre outros, o que exige ações específicas para superar essa dificuldade.

Publicações em revistas especializadas e aprovação de projetos são parte de um mesmo problema que afeta cursos de pós-graduação em Geografia em áreas interioranas do Brasil: a dificuldade de consolidação acadêmica diante da escassez de recursos e da desvalorização institucional da área. Por mais que o programa tenha um número razoável de produções em revistas com Qualis A1 ou A2 no Quadriênio 2021-2024 (108 artigos), o financiamento de projetos ainda é menor do que o necessário. No caso de Minas Gerais, a FAPEMIG – instituição estadual de fomento científico – constantemente prioriza outras áreas do conhecimento em seus editais universais, colocando projetos de Geografia como Prioridade 2, ou seja, aprovados, porém, sem financiamento. Por esse motivo, a sustentabilidade das linhas de pesquisa depende fortemente do esforço individual de docentes e da articulação com redes de pesquisa externas, o que limita o potencial transformador desses programas em seus territórios.

Um importante desafio é a sobrecarga de trabalho dos docentes que atuam no Programa de Pós-Graduação, pois apesar de a universidade valorizar a pesquisa e o programa ter muito apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), os docentes acumulam o trabalho da graduação com a pós-graduação. É fato que essa articulação é necessária, pois é uma relação de troca mútua, mas acaba gerando um acúmulo de trabalho que envolve uma elevada carga horária de aulas e muito tempo dedicado à administração, o que acaba impactando no tempo que deve ser dedicado a pesquisa e à extensão. Além do financiamento dos órgãos de fomento, é necessário pensar também na quantidade de professores e pesquisadores para que estes tenham condições de se envolverem mais com as pesquisas e com os projetos em rede.

Outra questão importante para se destacar é que grande parte dos mestrandos são alunos trabalhadores, fato que muitas vezes se torna um obstáculo para seu maior envolvimento com a

Universidade, ou até mesmo um impedimento para ingressar no mestrado, já que o número de bolsa é limitado.

Considerações Finais

É inegável que a política de expansão e interiorização da graduação e da pós-graduação gerou impactos positivos para a sociedade, atingindo pessoas de diferentes condições financeiras, que passaram a ter a opção de realizar um curso superior e uma pós-graduação em seu município ou em uma cidade próxima, podendo articular os estudos e a pesquisa com sua vida pessoal e seu trabalho, sem ter que renunciar a tudo para ter que estudar em um espaço distante, como acontecia antigamente. A educação é um direito social e a ampliação de oferta de cursos superiores possibilita que espaços interioranos passam ter mais pessoas qualificadas e com mais acesso ao conhecimento, pois a presença de cursos de graduação e pós-graduação não impactam somente a vida das pessoas que cursam, mas afeta a vida de todas as pessoas que participam de projeto de extensão, dos alunos da educação básica que passam a ter aulas com professores mestres e de todas as pessoas da região se considerarmos as ações que ocorrem por meio de políticas públicas que são elaboradas por conselhos e comitês da região.

Por meio do processo de internacionalização e de articulação em redes nacionais o PPGeo amplia a visibilidade do município de Alfenas para todo o Brasil e para os países parceiros dos projetos de internacionalização e isto pode resultar em muitas conquistas futuras.

Em suma, a mensagem que o trabalho deixa é de que, apesar de diversos desafios que a expansão e interiorização da pós-graduação em Geografia apresentam, ela tem sido positiva para a formação humana e desenvolvimento regional. Esses desafios não são motivos para deslegitimar o desenvolvimento de tais ações, mas para que se adote a postura de dar passos adiante, melhorando o que já existe e construindo novos caminhos. Nesse sentido, o PPGeo da UNIFAL-MG, apesar de todos os seus desafios, consegue fazer a diferença na educação, no planejamento e na política da região do Sul de Minas Gerais. Esperamos que o programa possa se consolidar e conquistar a oferta do curso de doutorado, podendo assim contribuir ainda mais para a região.

Referências

AGUILAR, Ramon Lucato; FONSECA, Cleyton Normando; CHRISTAN, Patricia. A expansão da pós-graduação em Geografia no Brasil entre 1991 e 2020. **Terr@ Plural**, v. 17, p. 1–19, 2023.

ALMEIDA, José Elesbão *et al.* Interfaces entre a interiorização do ensino superior e o desenvolvimento local. **Economia & Região**, v. 11, n. 2, p. 195–219, 2023.

ALVES, Mariana Medeiros. **Retrato das políticas pública: Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio-MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2022.

BIANCHETTI, Lucídio; FÁVERO, Osmar. História e histórias da pós-graduação em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, 2005.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação. 2024-2028**. Brasília, 2023.

BRASIL. **Pós-graduação stricto sensu tem mais de 350 mil matriculados**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pos-graduacao-stricto-sensu-tem-mais-de-350-mil-matriculados>. Acesso em: 19 ago. 2025

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação. 2025-2028**. Brasília, 2025.

CARVALHO, Maria Laura; COCA, Estevan; SANTOS, Adriano. O Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais como espaço político para a transição agroecológica. **Boletim DATALUTA**, v. 18, n. 189, p. 1–21, 2025.

CASTRO, Iná Elias. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? **Geografares**, n. 26, 10 ago. 2018.

COCA, Estevan; XAVIER, Gabriela Taíse Poiati; BERTACHI, Marcos Vinícius. Geografia Agrária Crítica e Pesquisa Militante: apontamentos teórico-metodológicos. In: MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMA AGRÁRIA. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia**. João Pessoa/Virtual: Editora Realize, 2021.

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. ANPEGE-O resgate de uma história. **Revista da ANPEGE**, v. 1, n. 01, p. 9–16, 2003.

NOBRE, Lorena Neves; FREITAS, Rodrigo Randow. A evolução da pós-graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering**, v. 3, n. 2, p. 26–39, 2017.

NOVAIS, Éliton Paulo; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Pós-graduação em Geografia no Brasil: as linhas de pesquisa em “ensino de Geografia”. **Revista Signos Geográficos**, v. 7, p. 1–17, 2025.

OLIVEIRA, Adão Francisco. Primaveras que maturam no outubro: a evolução dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 19, n. 39, 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste: planejamento, e conflitos de classes**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993.

OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo Magela. **Alfabetização através da Geografia: uma proposta de formação continuada entre geógrafos e pedagogos**. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2024.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO). **Linhas de Pesquisa. PPGeo - UNIFAL-MG**, [S.d.]. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/ppgeo/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em: 19 ago. 2025

REDE PPGeo-MG. **Carta de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2024.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SARKIS, Maria de Fátima Rodrigues. Panorama dos 15 anos do curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG. **Caderno de Geografia**, v. 33, n. 1, p. 158–185, 2023.


SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póesis pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2010.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Moraes. Fazendo Geografias Feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas. In: **Análises geográficas sobre o território brasileiro: Dilemas estruturais à Covid-19**. Editora UNIFAL-MG. Alfenas: Editora UNIFAL-MG, 2020. p. 14–29.

VILLELA, Fernando Nadal Junqueira; QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira. **Geografia Física. FFLCH: 90 anos de história.** [S.d.]. Disponível em: https://memoria.fflch.usp.br/pos-graduação-no-depto-de-geografia-fisica-nos-90-anos-da-fflch?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 19 ago. 2025

XAVIER, Gabriela Taíse Poiati. **Mulheres na questão agrária: um estudo sobre o coletivo "Raízes da Terra" do Acampamento Quilombo Campo Grande, Campo do Meio-MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2022.

SOBRE OS AUTORES

Sandra de Castro de Azevedo  - Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2006) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2011). Atualmente é Professora Associada na Universidade Federal de Alfenas. Atuou na Secretaria Estadual de Ensino de São Paulo como professora de geografia do ensino fundamental II e Médio por dez anos e na - Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo como professora de geografia do ensino fundamental por dois anos. Atualmente desenvolve pesquisas na área de Ensino de Geografia, Educação do Campo, Formação de professores e Cidades Médias e Pequenas. Mãe de Maria Luísa e de Maria Fernanda. Um de seus principais objetivos é ressaltar a sala de aula como espaço de transformação.

E-mail: sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br

Estevan Coca  - Professor Adjunto do Instituto de Ciências da Natureza (ICN) (curso de Geografia), da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). Leciona nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Unifal-MG. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pós-doutorado (período sabático como professor visitante) desenvolvido na Clark University, em Worcester, Estados Unidos. É doutor em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Unesp, campus de Presidente Prudente-SP, com período sanduíche no Institute for Resources, Environment and Sustainability (IRES), da Faculty of Land Food Systems - University of British Columbia (UBC), em Vancouver, no Canadá. cursou a graduação em Geografia e o mestrado em Geografia na FCT/Unesp. É um dos líderes do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA), da Unifal-MG e membro do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES), da Unifal-MG, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Unesp, da Rede DATALUTA Brasil e do Collective of Agrarian Scholar-Activists from the South (CASAS). Atua como editor da Revista NERA, classificada como de nível A1 pelo sistema Qualis, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Também integra o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: soberania alimentar/segurança alimentar,

desenvolvimento territorial, reforma agrária, assentamentos rurais, Agroecologia, Agricultura 4.0, políticas públicas.

E-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Data de submissão: 25 de setembro de 2025

Aceito para publicação: 15 de dezembro de 2025

Data de publicação: 31 de dezembro de 2025